



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL – FSSO

Karoline Cristiane de Albuquerque Viana
Luiza Joaquina Rodrigues Neta

SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: IMPACTOS DA EVASÃO ESCOLAR

Maceió – AL

2023

Karoline Cristiane de Albuquerque Viana
Luiza Joaquina Rodrigues Neta

SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: IMPACTOS DA EVASÃO ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação
em Serviço Social para obtenção do título de
Bacharel.
Universidade Federal de Alagoas (Ufal)
Faculdade de Serviço Social (FSSO)

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Wanda Griep Hirai

Maceió – AL
2023

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário: Jone Sidney A. de Oliveira – CRB-4 –1485

V614s Viana, Karoline Cristiane de Albuquerque.
Serviço social e educação impactos da evasão escolar/
Karoline Cristiane de Albuquerque Viana, Luiza Joaquina
Rodrigues Neta. - Maceió: AL, 2023.
62f.: il.

Orientador(a): Wanda Griep Hirai.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço
Social) - Universidade Federal de Alagoas. Faculdade
de Serviço Social. Maceió, 2023.
Inclui bibliografia: f.61-62.

1. Serviço Social. 2. Educação - Evasão Escolar. 3.
Assistente Social. I.Luiza Joaquina Rodrigues Neta.
II. Título.

CDU: 316:37



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**



Folha de Aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas /UFAL

DISCENTE: KAROLINE CRISTIANE DE ALBUQUERQUE VIANA

DISCENTE: LUIZA JOAQUINA RODRIGUES NETA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 16/05/2023

Título: **SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: impactos da evasão escolar**

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dra. Wanda Griep Hirai (ORIENTADORA)

Profa. Dra. Edivânia Francisca de Melo

Profa. Dra. Márcia Iara Costa da Silva

DEDICATÓRIA

Dedicamos este trabalho especialmente a Deus por nos ter conduzido até o final deste longo processo.

AGRADECIMENTOS (I)

Externo minha gratidão primeiramente a Deus, pois sem Ele de forma alguma conseguiria chegar até aqui. Agradeço aos meus pais, que são a razão pela qual eu luto todos os dias. Agradeço e dedico este trabalho em especial à minha mãe Cristiana Albuquerque, que é uma das mulheres mais guerreiras e importantes da minha vida. Só eu sei o quanto foi doloroso para mim em alguns momentos persistir a estudar com a senhora enfrentando todo esse duro processo da luta contra um câncer de mama; mas foi justamente sua garra e sua alegria que me motivaram a nunca desistir. Eu te amo e te admiro, minha mãe.

Aos meus irmãos Daniel, Ester e Bianca, à minha avó Marilene Albuquerque, que batalhou muito para criar quatro filhos e quatro netos, e ao meu marido Alan Dias, que sempre foi o meu amparo nos momentos de desânimo. Juntos, compõem a minha base de suporte para continuar. Serei eternamente grata a vocês por sempre estarem comigo.

Essa vitória não é apenas minha, mas é compartilhada, porque é por vocês que não desisto e continuarei sempre.

Aos meus amigos que também estiveram comigo; e à minha parceira de TCC e de todos os perrengues da faculdade, Luiza, por sempre ser minha companheira de trabalhos acadêmicos e minha parceira que levarei para a vida toda.

Aos queridos professores da Ufal que durante minha jornada acadêmica compartilharam seus conhecimentos, em especial a professora Edvânia Melo, por ter sido sempre tão maravilhosa e uma profissional por quem sempre terei admiração, pelo zelo e cuidado com cada estudante, tornando a vida acadêmica mais leve com seu apoio e incentivo. Agradeço também, por todo apoio, incentivo e paciência, à professora orientadora deste trabalho Wanda Hirai. A ela, meus sinceros sentimentos de gratidão por todo conhecimento compartilhado e por sua magnífica contribuição na minha formação.

Olhar para trás e ver a trajetória que enfrentei até chegar aqui é extremamente gratificante. Foram longos anos de academia até este momento. Serei eternamente grata por cada experiência.

Karoline Cristiane de Albuquerque Viana

AGRADECIMENTOS (II)

Primeiramente, agradeço a Deus por tudo. Segundo, à minha família, que sempre me incentivou a estudar e fez de tudo para que o estudo fosse presente na minha vida, sobretudo quando chegamos a uma Universidade Federal e começamos a ter dificuldade em conciliar trabalho e estudo. Muitas vezes, quando o cansaço bate na porta e o desespero chega, a primeira coisa que vem à cabeça é desistir. Que sorte a minha por ter pais, irmãos e tias maravilhosos, que com poucas palavras acalmaram tantas vezes meu coração.

Pai, obrigada por ser aquele que sempre acreditou em mim, quando eu disse que não iria fazer o Enem naquele ano e o senhor, em cinco minutos, me convenceu de que eu seria capaz. Sempre se preocupou como estava meu progresso e me deu todo o suporte.

Mãe, a senhora sempre me fez sentir o aconchego de amor materno, cuidou de mim e, assim como meu pai, me deu suporte e atenção a meus estudos. Só quem passa pelo processo sabe o quanto isso é importante. E também a minha tia Elaine, que é como uma segunda mãe. Obrigada, tia, por cuidar de mim também.

Meus irmãos (Arnaldo e Daniel), vocês sempre foram meus amigos, sempre preocupados e felizes com minhas conquistas.

Professora Wanda, obrigada por tudo, por sua dedicação em nos orientar. Eu a admiro muito. Professora Edvânia, admiro a dedicação à sua profissão: aquela que corre com os alunos, que nos ajudou tanto no estágio, a fim de conseguir um estágio no período da noite, e que lutou para conseguir encaixar nosso amigo Francisco no mesmo campo. Obrigada por tudo.

Luiza Joaquina Rodrigues Neta

Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor.

(Paulo Freire)

RESUMO

O sistema educacional brasileiro tem sua legitimidade amparada pela Constituição Federal de 1988, bem como pelas leis de referência que asseguram a implementação dessa política no país. Acha-se regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e garante o direito da criança e do adolescente a um ensino básico e gratuito. É dever do Estado a garantia do acesso à educação para todos. Este trabalho tem por objetivo contribuir com a discussão sobre os problemas enfrentados no cotidiano das escolas e de que forma o assistente social pode contribuir para diminuir os impactos da evasão escolar em curso. O processo de investigação foi realizado através de pesquisa bibliográfica e documental, cuja base permitiu a interlocução com diversos autores para a compreensão da importância do trabalho do assistente social nas demandas cotidianas das escolas, agravadas pela Covid-19. Nessa perspectiva, o presente estudo identifica a necessidade de políticas educacionais adequadas e de profissionais engajados na busca de soluções para o conjunto de problemas vivenciados no contexto escolar.

Palavras-chave: Serviço Social, Educação, Evasão Escolar, Assistente Social.

ABSTRACT

The Brazilian educational system has its legitimacy supported by the Federal Constitution of 1988, as well as by the reference laws that ensure and guarantee the implementation of this policy in the country. It is regulated by the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB), law n° 9.394, of December 20, 1996, assuring the right of Children and Adolescents to basic and free education, being the duty of the State to guarantee access to education for all. This work aims to contribute to the discussion about the problems faced in the daily life of schools and how the social worker can contribute to reducing the impacts of school dropout in progress. The investigation process was carried out through bibliographical and documentary research, the basis of which allowed for dialogue with several authors to understand the importance of the Social Worker's work in the daily demands of schools, aggravated by Covid-19. In this perspective, the present study identifies the need for adequate educational policies as well as professionals engaged in the search for solutions to the set of problems experienced in the school context.

Keywords: Social Work, education, school dropout, Social Worker.

Keywords: Social Work, Education, School Dropout, Social Worker.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- Abandono nas redes públicas de ensino.	27
GRÁFICO 2- Abandono nas redes públicas de ensino. Recorte de gênero e raça.	28
GRÁFICO 3- Abandono nas redes públicas de ensino. Recorte por localidade	28
GRÁFICO 4 - Abandono nas redes públicas de ensino. Recorte por deficiência	29
GRÁFICO 5 – Taxas de evasão escolar por faixas etárias entre 5 e 9 anos.....	32
GRÁFICO 6 - Taxas de evasão escolar por faixas etárias entre 10 e 14 anos. ...	33
GRÁFICO 7 - Taxas de evasão escolar por faixas etárias entre 15 e 19 anos. ...	33

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Índice de desenvolvimento da educação básica das escolas públicas.....	455
QUADRO 2 - Índice de desenvolvimento da educação básica das escolas privadas.....	466

LISTA DE SIGLAS

- OMS** - Organização Mundial da Saúde
- LDB** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- PNAD** - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- MEC** - Ministério da Educação
- IDEB** - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- INEP**- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
- BNCC**- Base Nacional Comum Curricular
- FGV** - Fundação Getúlio Vargas
- CFESS** - Conselho Federal de Serviço Social
- CEP** – Código de Ética Profissional
- ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente
- ABEPSS** – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
- PLC** – Projeto de Lei da Câmara Federal
- TICs** – Tecnologia da Informação e Comunicação
- PCN** – Parâmetros Curriculares Nacionais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO	16
2.1. A Educação no Brasil.....	19
2.2. O Serviço Social no espaço escolar	22
2.3. Programas e Projetos do Serviço Social na Educação.	244
3. CARACTERIZAÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR	25
3.1 A evasão escolar e seu agravamento no contexto da pandemia.....	2929
3.2. A intervenção do Serviço Social na evasão escolar em tempos de pandemia da Covid-19.....	344
4. DESAFIOS DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO.	366
4.1. A exigência de um novo cenário da educação.....	377
4.2. Tabela do índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb) entre 2005 e 2021.....	455
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
6. REFERÊNCIAS.....	500

1. INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) busca apresentar, por meio de referenciais teóricos, o cenário brasileiro no que diz respeito à educação, e como este tem lidado com o crescente aumento da evasão escolar. Pontua o papel fundamental que desenvolve o assistente social como profissional que integra a equipe multidisciplinar inserida nesta política social.

A política de educação no Brasil tem sua garantia regulamentada pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, que trata da Educação como um direito de todos, a ser garantido pelo Estado, pela família e pela sociedade, visando ao pleno desenvolvimento e qualificação dos indivíduos para exercer a sua cidadania.

A educação como política social tem a finalidade de atender a esses princípios norteadores, porém não somente isto. Como descreve Ney Luiz Teixeira de Almeida, “a educação tem ocupado um lugar de destaque ao longo do processo de expansão da sociedade capitalista”, haja vista que ela tem sido fundamental para o desenvolvimento das forças produtivas (Almeida, 2007, p.1).

As leis específicas, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), lei 4.024/1961, a lei 5.692/1971 e a lei 9.394/1996 asseguram que a educação tem papel fundamental na formação e no desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social dos indivíduos, a fim de prepará-los para o convívio em sociedade.

A educação tem enfrentado diversas dificuldades no que diz respeito à sua implementação e possibilidade de acesso. Vale destacar quais as alternativas que foram criadas a fim de atender à necessidade de assegurar o acesso e a permanência no espaço educacional.

Assim como as demais políticas sociais, o espaço sócio-ocupacional educacional em que está inserido o assistente social enfrenta diversas dificuldades e precisa desempenhar seu papel com maestria. Suas competências técnicas viabilizam intervir nas mais diversas demandas sociais presentes neste espaço repleto de demandas decorrentes da ausência de acesso a outras políticas sociais e a fortes expressões da Questão Social.

Entre as diversas demandas presentes neste campo da educação, cita-se o crescente aumento da evasão escolar enquanto demanda de trabalho fundamental para a atuação do assistente social, especialmente com o aumento significativo da evasão relacionada ao contexto da pandemia de Covid-19, momento que exigiu deste

profissional novas perspectivas de atuação e uma atuação também no que diz respeito às outras demandas sociais que reverberam no espaço da educação.

A escolha deste tema nos acompanha desde nossa experiência de estágio curricular obrigatório, realizado na Escola Municipal Major Bonifácio Silveira. Com as experiências vividas neste tempo, pudemos perceber que um dos maiores desafios impostos à atuação do assistente social nas escolas, e em especial na nossa experiência de estágio, era enfrentar a evasão escolar. Daí nos sentirmos motivadas a aprofundar a pesquisa.

As perguntas a que buscamos responder aqui são: qual a relação existente entre o Serviço Social e a educação? Quais os fatores que corroboram o crescimento da evasão escolar? Qual a importância da atuação e da intervenção do assistente social como profissional inserido na política de educação?

Com isso buscamos estudar as relações dentro do espaço sócio-ocupacional da educação e a ação interventiva do assistente social como profissional que luta para minimizar os impactos da evasão escolar, por meio de ações técnicas qualificadas para conter o avanço desta, possibilitando aos indivíduos o fortalecimento dos vínculos e o acesso a uma educação de qualidade e às demais políticas sociais.

Para a efetivação do presente estudo, recorreremos ao embasamento em pesquisa bibliográfica com ênfase nos autores Yamamoto e Carvalho (2006), Martinelli (1993) e Almeida (2003). Também consultamos um conjunto de documentos necessários ao tratamento de dados referentes às legislações e sua atualização.

Este TCC está dividido em quatro seções.

A primeira consiste num levantamento geral acerca do contexto de implementação da política de educação no Brasil, bem como sobre as características que corroboram com o avanço no crescimento da evasão escolar e o papel do assistente social ante isso. Trata-se da Introdução.

A seção 2 faz de modo mais aprofundado um levantamento sobre o Serviço Social no Brasil e a relação deste com a educação.

Na seção 3, descreve-se a evasão escolar, os moldes que implicam esta expressão da questão social e seu agravamento no contexto da pandemia, bem como as intervenções realizadas pelos assistentes sociais neste espaço sócio-ocupacional.

Na seção 4, promove-se um apanhado dos desafios enfrentados por professores nestes espaços e apontam-se os índices de desenvolvimento da educação num período de tempo.

Por fim, as considerações finais.

2. O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Nesta seção, ressaltam-se as implicações históricas que possibilitaram o fortalecimento do Serviço Social no Brasil enquanto profissão, e o contexto até que este viesse a ter suas ações e intervenções profissionais pautadas pela defesa da classe trabalhadora e por seu compromisso ético-profissional.

Maria Lucia Martinelli em seu livro acerca da identidade do Serviço Social destaca a necessidade de se compreender em que cenário se processa a gênese desta profissão e os marcos que permitiram seu fortalecimento na sociedade burguesa capitalista (Martinelli, 2000). A autora refere que o estabelecimento do capitalismo e seu aprofundamento com a Revolução Industrial fortalecem as contradições das classes antagônicas, gerando impactos nas relações e no contexto social.

O lugar que assume a classe trabalhadora como classe que se opõe aos interesses da classe burguesa capitalista no decorrer de meados do século XVII impulsiona a classe burguesa a reprimir cada vez mais a classe operária, segregando-a e fazendo com que esta dependesse exclusivamente da força do capital para a sua subsistência. Para tanto, contou com o apoio e a legitimação do Estado burguês. Ao operário restava tão somente vender sua força de trabalho em condições sub-humanas e a um valor baixíssimo.

Martinelli destaca que neste período os trabalhadores não tinham domínio algum sobre suas próprias vidas; não podiam contestar os salários ou a oferta de emprego. Caso não estivessem inseridos no mercado de trabalho, eram tidos como vagabundos e marginais, e levados às casas de correção para sofrerem medidas punitivas, que incluíam trabalhar forçadamente e passar fome (Martinelli, 2000).

É nesse processo de expropriação dos instrumentos de trabalho e da terra que se processa a emergência do capitalismo, momento este que constitui o marco da gênese do Serviço Social, uma vez que a emergência do Serviço Social está intrinsecamente ligada à emergência do capitalismo e da questão social.

É importante destacar que o Serviço Social surge desta relação de interesses da burguesia e do Estado, como instrumento de respostas à crescente marginalização da força de trabalho humana após a emergência da questão social. Portanto, o Serviço Social surge nessa conjuntura histórica para mediar a relação entre capital e trabalho, a fim de minimizar as tensões dos interesses contrapostos dessas classes. A questão

social e seu surgimento estão diretamente ligados à ampliação do trabalho livre, que tem como marca principal a separação dos “homens” de seus meios de produção (Iamamoto e Carvalho, 2006).

No Brasil, o que marca as protoformas do Serviço Social são as primeiras formas de atuação, após o fim da Primeira Guerra Mundial.

Segundo Iamamoto e Carvalho, o Serviço Social é uma profissão que participa das relações de classes sob a lógica contraditória do capital; isso situa a profissão como um agente participante da relação contraditória de classes. Para os autores, o Serviço Social aparece como uma das alternativas às ações caritativas tradicionais, a partir da busca de uma nova “racionalidade” para o enfrentamento da questão social (Iamamoto e Carvalho, 2006, p. 19).

Como destacam Iamamoto e Carvalho, “o Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por plano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana” (IAMAMOTO, CARVALHO 2006, p. 77). Deste movimento de fortalecimento do capitalismo industrial resulta a formação e a ampliação do contingente da classe trabalhadora, tanto a que está diretamente empregada quanto a força de trabalho excedente, ou seja, o exército industrial de reserva.

Nesse contexto de expansão da força de trabalho livre, os trabalhadores são submetidos a processos de exploração abusivos, o que, conforme Iamamoto e Carvalho, os leva a uma luta defensiva. Isso parece à classe burguesa uma ameaça a seus valores. É o crescimento do contingente desta classe que vai exprimir a luta por direitos e reconhecimento de suas necessidades.

Daí emerge a questão social, como resultado das expressões de formação da classe trabalhadora, haja vista que esta parcela da classe trabalhadora que está diretamente empregada é submetida a processos de trabalho penosos de exploração. Do resultado dessa relação contraditória emergirá a questão social, que legitima a ação do assistente social.

Para Iamamoto e Carvalho, é a partir desse movimento histórico da emergência da questão social que se desdobram as ferramentas de legitimidade a implantação do Serviço Social, a partir das lutas travadas no seio das fábricas com os movimentos que já nos anos 1920 e 1930 buscam pressionar a classe burguesa a fim de conseguirem melhorar suas condições de vida e de trabalho.

Vivenciando essas condições de vida e trabalho, o proletariado se organiza e busca lutar por melhores condições para a sua subsistência. É a partir desse momento, nos anos 1920, que se desdobram as lutas operárias e surgem as primeiras formas de legislação social, como resposta a essa luta reivindicatória da classe operária.

Para Iamamoto e Carvalho:

Historicamente, passa-se da caridade tradicional levada a efeito por tímidas e pulverizadas iniciativas das classes dominantes, nas suas diversas manifestações filantrópicas, para a centralização e racionalização da atividade assistencial e de prestação de serviços sociais pelo Estado, à medida que se amplia o contingente da classe trabalhadora e sua presença política na sociedade. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2006, p. 78).

Nesse momento, as práticas de caridade tradicional e as manifestações filantrópicas são substituídas pela racionalização da atividade assistencial e pela prestação de serviços sociais pelo Estado, ao passo que se amplia o contingente da classe trabalhadora. Há a necessidade da atuação de um profissional especializado para mediar as relações de contradição entre as classes trabalhadora e burguesa, e no enfrentamento da questão social. O Estado passa a intervir diretamente nas relações de trabalho, criando regulamentações e legislações que deem norte a essa relação de trabalho.

Martinelli considera que o Serviço Social no Brasil é resultado da iniciativa particular da burguesia intimamente ligada à Igreja católica e que tem como referência o Serviço Social europeu (MARTINELLI, 1993).

Ainda conforme Martinelli, nesses momentos e movimentos de tensão a Igreja católica promovia os primeiros cursos de preparo para as moças, que eram basicamente jovens vinculadas à Igreja e que pertenciam às famílias burguesas. A autora diz que historicamente “o Curso Intensivo de Formação Social para as moças foi o evento que marcou o primeiro passo da longa caminhada do Serviço Social no solo brasileiro, que já se iniciou sob o revelador signo da aliança com a burguesia” (MARTINELLI, 1993, p. 123).

O contexto de fortalecimento da profissão do Serviço Social no Brasil tem como marco o movimento de reconceituação da profissão, conforme descreve o Código de Ética Profissional:

Na intercorrência de mudanças ocorridas na sociedade brasileira com o próprio acúmulo profissional, o Serviço Social se desenvolveu teórica e praticamente, laicizou-se, diferenciou-se e, na entrada dos anos noventa, apresenta-se como profissão reconhecida academicamente e legitimada socialmente. (CEP, 1993).

A partir das diversas contribuições, seminários e debates desenvolvidos e experimentados na profissão no decorrer dos anos, o Serviço Social passa a operar sob os moldes de apoio integral aos interesses da classe trabalhadora, e não para a manutenção do modo de produção vigente, dirigido e norteado pelos princípios, direitos e deveres inscritos no Código de Ética Profissional de 1993 (CEP), na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993) e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996).

2.1. A Educação no Brasil

O sistema educacional do Brasil está regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº9.394, de 20 de dezembro de 1996. Entre os direcionamentos dessa portaria acha-se o direito da criança e do adolescente ao ensino básico e gratuito, sendo dever do Estado a garantia do acesso à educação para todos. Mas para chegar a esse resultado a educação brasileira enfrentou diversas etapas, desde o período colonial até os tempos atuais.

No período colonial, mais precisamente em 1549, a história da educação começa com a chegada dos jesuítas; esses padres faziam parte da Companhia de Jesus e eram uma ordem da Igreja católica. Com eles são dados os primeiros sinais de um ensino pedagógico, pela prática da catequese com os índios, a fim de ganhar suas almas para Deus, convertendo os nativos ao catolicismo. Eles priorizavam educar as crianças, pois suas mentes estavam mais limpas e assim iriam absorver mais rapidamente os seus ensinamentos.

Com o passar do tempo, as comunidades indígenas nas quais estes jesuítas ensinavam desapareceram em decorrência de algumas doenças; Muitos foram mortos pelos portugueses por não demonstrarem interesse na prática do trabalho braçal a eles imposto. Assim, as aulas foram direcionadas para os filhos dos colonos portugueses, ou seja, os filhos da elite colonial. Os padres organizaram uma ampla rede de escolas, e permaneceram com a Companhia de Jesus no Brasil até a sua expulsão em 1759.

Os jesuítas usavam como plano de estudo o *Ratio Studiorum*, cujo método pedagógico tinha como base as ideias de Aristóteles e Tomás de Aquino, com organização e especialização de profissionais. O método do professor como centro da informação: o professor fala e o aluno escuta; o uso da memorização e de castigos físicos.

Os jesuítas, além de preparar os futuros bacharéis em belas-artes, direito e medicina, tanto na colônia como na metrópole, fornecendo assim os quadros dirigentes da administração colonial local, formavam ainda os futuros teólogos, reproduzindo os seus próprios quadros hierárquicos, bem como os educadores, recrutados quase que exclusivamente do seu meio. (FREITAG, 1980, p. 47).

No Brasil Império, D. Pedro I promulgou a primeira lei geral, de 1827, regulamentando a educação no Brasil. Foram criadas "escolas de primeiras letras para todas as cidades, vilas e lugares populosos do Império", para a alfabetização em massa, tanto para meninas como para meninos, de 7 a 14 anos, colocados para estudar separadamente. Enquanto os meninos estudavam matemática de uma forma mais completa, as meninas eram limitadas a estudar as quatro operações básicas. Era obrigatório o ensino religioso.

O Ato adicional de 1834, que rege a Constituição de 1824, impôs a descentralização da educação, ficando a educação elementar e a secundária a cargo das províncias (os atuais estados); os cursos superiores passam a ser de responsabilidade da Corte (governo central). Isso não foi bom para a educação, pois cada província ficou com a responsabilidade de ofertar essas escolas, a depender da situação econômica de cada uma. Sendo os filhos dos negros proibidos de se matricularem conforme descreve Barros:

A província do Paraná, criada em 1853, aprovou a primeira lei referente a instituição no ano seguinte, estabelecendo o ensino primário obrigatório. Nela não havia menção a quem devia (ou não) ser aluno, e nem em 1857, quando foi aprovada a lei que autorizava o governo a criar para ambos os sexos "asilos de indigentes ou misto". Mas nesse mesmo ano, foi aprovado um novo regulamento que especificava os que deveriam ser excluídos das matrículas. Além de "meninos que sofrem moléstias contagiosas e mentais, não vacinadas, menores de 5 e maiores de 15 anos, e incorrigíveis pelo artigo 39, as matrículas são gratuitas e ficam excluídos delas [...] § 3º Os escravos "(BARROS, 2016, p. 597).

Por ser um país em que a economia era agroexportadora, exigia-se um mínimo de educação, já que em sua base a força de trabalho era a mão de obra escrava. Neste sentido, a educação estava voltada para a elite colonial, restando o mínimo para a classe trabalhadora.

Na Primeira República, a educação continuou sob a responsabilidade das províncias, que passaram a ser chamadas de Estado. O Brasil se tornou um país laico. Assim, a Constituição de 1881 instituía o ensino laico, gratuito e público, com acesso para todos, e abolia o ensino religioso nas escolas públicas.

Heitor Lira em 1920 iniciou os debates sobre a Educação. Em 1924 foi criada a Associação Brasileira de Educação (ABE), sob sua inspiração. Na República Nova, em 1930, a Educação teve uma mudança significativa, quando foi criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública.

No governo de Getúlio Vargas gerou-se um sistema mais organizado de ensino. A Constituição de 1934 ganhou um capítulo inteiro direcionado à Educação. Criou-se o Ministério da Educação, um grande marco para a reforma educacional.

A Constituição Federal de 1988 garante o direito à educação gratuita para todos na educação básica; trata-se de um direito fundamental estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/1996).

Diz a Constituição Federal de 1988, no art. 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno da pessoa, seu preparo o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

A educação tem papel fundamental na formação e no desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social dos indivíduos, a fim de prepará-los para o convívio em sociedade.

O sistema nacional de educação no Brasil está organizado em três esferas distintas: federal, estadual e municipal. Cada uma delas possui atribuições específicas que contribuem para a organização da educação e das instituições de ensino. Os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios operam em um regime de colaboração.

Os Municípios atuam prioritariamente na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Já os Estados atuam prioritariamente nos anos finais do

Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Cabe ao governo federal estabelecer as competências e diretrizes para a educação, direcionando o currículo e os conteúdos mínimos com o objetivo de assegurar a formação básica.

A Educação básica se organiza em: Educação Infantil (creche e pré-escola), Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais) e Ensino Médio.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica (BNCC, 2018, p. 7). São informações que norteiam os profissionais da educação básica, de suma importância para o desenvolvimento de sua formação.

O documento da BNCC propõe construir uma educação sólida que prepara o aluno para o futuro:

No Brasil, um país caracterizado pela autonomia dos entes federados, acentuada diversidade cultural e profundas desigualdades sociais, os sistemas e redes de ensino devem construir currículos, e as escolas precisam elaborar propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, éticas e culturais. (BNCC, 2018, p. 15).

No plano educacional, o objetivo de uma educação de qualidade tem muitas metas a serem alcançadas; o que de fato está faltando é que a teoria seja colocada em prática em todas as escolas, sejam elas públicas ou particulares. A educação deve chegar de forma igualitária para todos.

Aborda-se na próxima seção a inserção dos assistentes sociais no campo da educação, especialmente desde a década de 1990.

2.2. O Serviço Social no espaço escolar

A inserção do Serviço Social na educação está pautada por uma atuação que visa sempre o compromisso da categoria com a luta intransigente por igualdade e direito a acesso aos meios de educação para todos os indivíduos. Visa atender ao compromisso com o Código de Ética da profissão.

O conjunto CFESS/CRESS muito colaborou para essa inserção com a elaboração do texto “Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”, que traz orientações de como o Serviço Social pode atuar na Política de

Educação, como ele pode contribuir para a comunidade, e sobre o trabalho na construção do ser e da vida social, na “luta para uma educação pública”.¹

O assistente social atua sob a orientação do Código de Ética Profissional de 1993 (CEP), das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) e da Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/1993).

Algumas das atribuições para o assistente social na lei 8.662/1993 são:

I – Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

II – Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

V- Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso deles no atendimento e na defesa de seus direitos;

IX – Prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade.

É de suma importância o trabalho do assistente social para uma construção justa da sociedade. Esses profissionais devem possuir um referencial teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político, a fim de trabalhar na comunidade e tentar minimizar os impactos da “questão social”, neste caso, no espaço educacional.

Em dezembro de 2019 foi aprovada a Lei nº 13.935/2019, que determina que o Poder Público deve assegurar o atendimento psicológico e socioassistencial aos alunos da rede pública de educação básica. A norma é fruto do PLC 60/2007 (PL 3.688/2000 da Câmara Federal), aprovado pelo Congresso em setembro de 2019. Isso é de fato uma grande vitória para as categorias dos assistentes sociais e dos psicólogos, assim como para a comunidade escolar.

A equipe multidisciplinar consiste num grande avanço para o combate à evasão escolar, a fim de buscar mais a fundo as causas dos problemas, entender a situação de cada aluno e elaborar projetos e programas que visem minimizar os impactos da evasão nas redes de educação.

É sobre tais aspectos que versa a próxima seção.

¹ O direito fundamental de **segunda geração** tem relação direta com o direito à igualdade. Nasce no século XX, com a fixação do Estado social. Derivam daí os direitos culturais, sociais e econômicos.

2.3. Programas e Projetos do Serviço Social na Educação

Programas e projetos elaborados no espaço escolar são de extrema necessidade para que se consiga aproximar a comunidade escolar de um objetivo específico, seja ele de prevenção, garantia do direito à educação ou erradicação de um problema já existente.

O assistente social na escola tem um papel fundamental na elaboração de projetos pedagógicos, planos e estratégias, mediante o conhecimento das políticas sociais voltadas para a aproximação do aluno à escola.

Projetos voltados para garantir uma alimentação de qualidade dos alunos são uma peça fundamental para a permanência de muitos deles nas escolas, tendo em vista que infelizmente para uma porcentagem elevada de pobreza no Brasil, a merenda ofertada na escola será a primeira refeição do dia. Daí a relevância de que esses alimentos cheguem todos os dias e que sejam de qualidade, visando propiciar o desenvolvimento escolar.

Um exemplo importante é o do trabalho de um assistente social na escola, ao se articular com o professor e o conselho tutelar. Pudemos constatar isso em nosso período de estágio na escola Municipal Bonifácio da Silveira, então localizada no bairro de Bebedouro. Vimos de perto as estratégias usadas para o monitoramento das faltas dos alunos e como essa peça é fundamental para se investigar a causa dessa ocorrência.

O professor passa para o assistente social a frequência escolar, expondo os alunos que têm um limite de faltas ultrapassado no mês. Com esses dados, o assistente social entra em contato com o responsável por esses alunos, fazendo um levantamento da possível causa disso. Caso se constate alguma negligência do responsável, o conselho tutelar é acionado, devendo os pais dar uma justificativa sobre o porquê de aquela criança se achar fora da sala de aula.

Os programas e projetos desenvolvidos no ambiente escolar com o intuito de preservação e garantia do direito da permanência do aluno na sala de aula contêm os métodos usados pelos profissionais. Estes devem possuir uma bagagem teórica muito rica em políticas públicas, a fim de desenvolver esses projetos voltados tanto para os alunos quanto para a comunidade e a sociedade envolvida.

Na seção seguinte aborda-se o caráter constitutivo da evasão escolar no contexto brasileiro nas escolas.

3. CARACTERIZAÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR

Nesta seção, abordam-se os vários fatores que contribuem para a evasão escolar.

Muitas regiões do nosso país não têm escolas próximas às aldeias e bairros, e principalmente bairros rurais. É um grande empecilho para essas crianças chegar às escolas; mesmo aquelas que conseguem um meio para chegar a esses colégios, já dedicam um grande tempo e esforço físico, o que compromete o seu rendimento escolar.

Outro fator é o alto índice de desemprego no Brasil, o que causa uma desestruturação econômica muito grande no seio familiar, levando à inserção de crianças e adolescentes no mercado de trabalho para complementar a renda da família. Como consequência desse trabalho prematuro, há o abandono dos estudos ou a dificuldade de aprendizagem. Segundo a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) 2019, 1,768 milhão de crianças entre 5 e 17 anos trabalham no Brasil; há o dobro de meninos em relação às meninas: 66,4% ou 1,174 milhão de meninos e 33% ou 594 mil meninas.²

Também há as questões originadas pela gravidez na adolescência, que é muito comum na atual sociedade atual e um dos principais motivos de evasão no ensino médio. Esse assunto ainda é um grande tabu a ser quebrado, e essa discussão precisa virar rotina tanto nas salas de aulas e projetos elaborados nas escolas, como no âmbito doméstico, no seio familiar.

Há muitos fatores que colaboram para a evasão escolar, dentre eles é o fato de um grande número de escolas e, em sua maioria, as públicas, terem problemas com as estruturas dos espaços físicos, sem recursos tecnológicos, falta de cadeiras,

² Segundo a PNAD Contínua, no segundo trimestre de 2022 a taxa de desemprego chegou a 9,3%. O número concernente ao Trabalho Infantil Mundial até 2020 segundo dados da ILO (International Labour Organization) chegou a 160 milhões de crianças e adolescentes.

espaços para acomodar as crianças e adolescentes, salas e quadras para atividades interativas. Além da falta de merendas, e de professores, muitos passam um grande tempo sem repor professores das disciplinas levando um prejuízo a longo prazo para esses alunos, os quais não conseguem construir uma aprendizagem realmente efetiva e significativa.

Para minimizar tais fatores, é importante compreender que muitos alunos têm dificuldade de aprendizado e precisam de um cuidado específico, de um incentivo para permanecer na escola. Entretanto, a realidade das escolas aponta para diferentes defasagens, como a lotação em sala de aula, o que faz com que os professores tenham dificuldades de dar um suporte mais aprofundado para os que demonstram algumas dificuldades.

Ademais, muitos pais não têm tempo, ou até mesmo conhecimento, para dar o suporte necessário a seus filhos. Com a quantidade excessiva de alunos por turma, os professores não conseguem dar a atenção necessária e muitos acabam abandonando a escola por esse motivo. “As crianças que não acompanhavam seus colegas na aprendizagem escolar passaram a ser designados como anormais; as causas de seu fracasso eram procuradas em alguma anormalidade orgânico-biológica” (HADDAD, FRANCO, SILVA, 2011, p. 4).

Mas, também, há as questões relacionadas ao desinteresse do aluno e à falta de autoridade da família. Muitos alunos escolhem de forma voluntária não ir mais à escola, e seus pais não estão cientes sobre isso, por falta de interesse no desempenho escolar do filho ou por não terem tempo de ir à escola. Isso acontece quando o núcleo familiar está totalmente descentralizado.

A própria escola precisa de uma gestão que foque nesse problema e busque resgatar esse aluno; que perceba uma possível evasão antes mesmo de acontecer. A garantia do direito do aluno ao estudo não é apenas de responsabilidade dos pais, mas também do Estado e da sociedade. Quando os pais são omissos, é preciso utilizar meios que possam garantir a educação à criança e ao adolescente.

Outro problema que potencializou o abandono escolar foi o surgimento da Covid-19; com a pandemia, no início de 2020, as escolas tiveram de fechar as portas e migrar para aulas remotas – um novo obstáculo, já que em sua maioria não estavam preparados para uma intervenção desse porte, sobretudo para os alunos das escolas públicas. Foi primordial o acesso a dispositivos eletrônicos como *notebook* e celular,

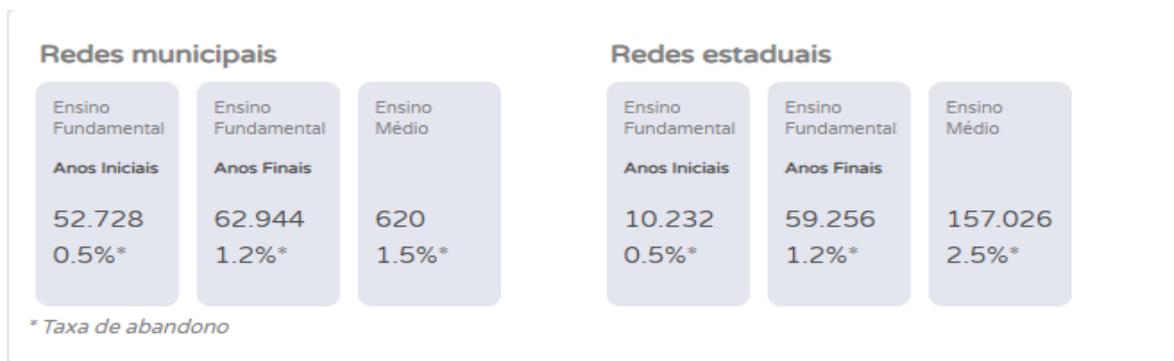
com acesso à internet, sem contar a necessidade de um ambiente acolhedor para conseguir absorver as aulas.

Infelizmente muitos alunos tiveram de abandonar as aulas por falta desses recursos, o que afetou seu progresso na jornada escolar. Sem contar que muitos professores dessa rede não tinham domínio sobre tais recursos, sendo necessária a capacitação para conseguir usar esses equipamentos.

Já os alunos de escola particular tinham acesso a esses dispositivos, além de um domínio maior de como usar recursos para essas aulas remotas; e os próprios professores, em sua maioria, já eram capacitados para esse tipo de aulas. O problema maior foi que muitos pais ficaram desempregados, e com isso um grande número deles optou por tirar seus filhos das escolas, já que não conseguiam pagar as mensalidades. Isso causou muita insegurança e um número significativo de desistências e fechamentos de matrículas.

Número total de estudantes das redes municipais e estaduais que abandonaram a escola no Brasil em 2020: 342.806 ou 1,2%.

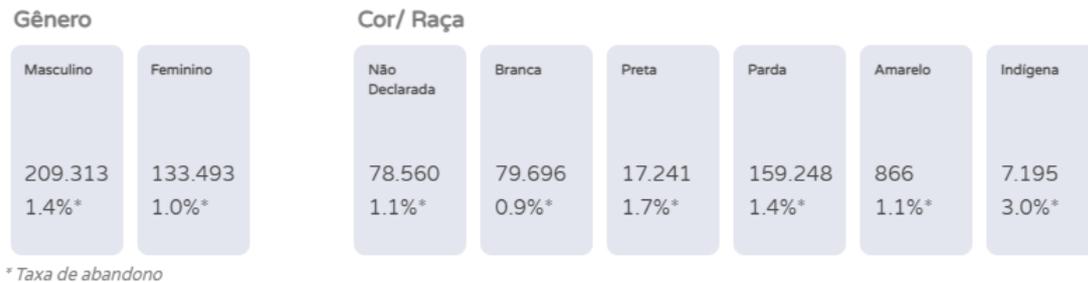
GRÁFICO 1 – Abandono nas redes públicas de ensino



Fonte: <https://buscaativaescolar.org.br/municipios>

Nesses dados podemos verificar que a porcentagem da evasão escolar é mais acentuada no Ensino Médio, tanto na rede municipal quanto na rede estadual. Na idade regular, os alunos de Ensino médio têm idades entre 15 e 18 anos.

GRÁFICO 2 – Abandono nas redes públicas de ensino - recorte de gênero e raça



* Taxa de abandono

Fonte: <https://buscaativaescolar.org.br/municipios>

Nesses dados, podemos ver que o sexo masculino costuma evadir-se mais que o sexo feminino; há uma diferença significativa entre ambos. Já entre cor/raça, os indígenas são os que mais se evadem; em comparação a pessoas declaradas brancas e pretas e pardas, a diferença nos números é significativa.

GRÁFICO 3 – Abandono nas redes públicas de ensino recorte por localidade

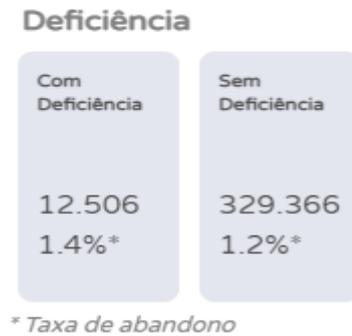


* Taxa de abandono

Fonte: <https://buscaativaescolar.org.br/municipios>

De fato, a escola localizada em área rural tende a ter mais fatores que dificultam a trajetória escolar de muitas crianças, como, por exemplo, o número reduzido de escolas, a distância e, muitas vezes, poucos profissionais.

GRÁFICO 4 – Abandono nas redes públicas de ensino. Recorte por deficiência



Fonte: <https://buscaativaescolar.org.br/municipipal>

Muitas escolas, principalmente da rede pública, não têm acessibilidade para crianças com deficiência. Isso faz com que tenham um grande número de evasão. A tabela mostra que o percentual (proporcionalmente) de pessoas com deficiência é superior ao de não deficientes.

Os dados apresentados acima expõem o grande número de abandono escolar registrado durante o ano de 2020. É no Ensino Médio da rede estadual que se dá a maior incidência de abandono escolar, como já observado.

No comparativo de gênero, os homens são os que ocupam o maior número nessa estatística.

Na seção seguinte apresenta-se dados da evasão no contexto da pandemia da covid-19.

3.1 A evasão escolar e seu agravamento no contexto da pandemia

De acordo com Baggi e Lopes (2011), a evasão escolar é compreendida como um fenômeno social definido como a interrupção no ciclo de estudos. Ocorre quando, por qualquer que seja o motivo, o estudante deixa de concluir os estudos. Abordaremos especificamente neste tópico os fatores que contribuem para o agravamento da evasão escolar, buscando primordialmente entender que fenômeno é este, bem como destacar qual a ligação do agravamento nos números crescentes de evasão relacionados ao contexto de pandemia de Covid-19.

De acordo com o texto do CFESS, “Serviço Social na educação”, em algumas regiões do país o índice de evasão dos estudantes antes de completar o ensino fundamental pode chegar a 60%. O fenômeno da evasão escolar também está

particularmente ligado aos diversos fatores de vulnerabilidade social que são resultantes da falta de acesso a outras políticas sociais, como também de outros direitos fundamentais.

O crescente processo de desmonte que vem sofrendo o campo das políticas sociais nos últimos anos faz com que o campo da educação, parte deste conjunto das políticas sociais, também seja atingido pelos cortes de investimentos, e isto como consequência da subordinação de tais políticas à lógica capitalista. Conforme destaca o texto do CFESS, há uma gama de problemas sociais que os estudantes precisam enfrentar dentro e fora dos complexos educacionais e que são fatores de relevância no que diz respeito aos números da evasão no país.

Conforme Almeida:

A educação como dimensão da vida social possui um caráter ontológico, ou seja, constitutivo dos modos de existência humana, do ser social, da organização da vida em sociedade. A história da educação revela uma cada vez mais complexa articulação de instituições que se ocupam de diferentes funções socializadoras. A família, as instituições religiosas, os movimentos associativos, ao lado da escola, contribuem para a constituição do amplo e diversificado campo educacional. (ALMEIDA, 2003, p. 2).

A educação possui papel fundamental na sociedade e, enquanto dimensão da vida social, contribui para a realização dos organismos de vida em sociedade. Para Almeida (2003, p. 5), as escolas públicas e privadas, especialmente no ensino fundamental, têm vivido uma série de fenômenos que, mesmo não sendo novos ou desconhecidos da comunidade escolar, têm se manifestado de forma mais complexa e intensa.

O autor traz alguns importantes pontos que ao longo do tempo constituem grandes desafios aos profissionais no campo da educação:

A juventude e seus processos de afirmação e reconhecimento enquanto categoria social, exacerbadamente, mediado pelo consumo; a ampliação das modalidades e a precoce utilização das drogas pelos alunos; a invasão da cultura e da força do narcotráfico; a pulverização das estratégias de sobrevivência das famílias nos programas sociais; a perda de atrativo social da escola como possibilidade de ascensão social e econômica; a negação da profissionalização da assistência no campo educacional com a expansão do voluntariado; a gravidez na adolescência tomando o formato de problema de saúde pública e a precarização das condições de trabalho docentes são algumas das muitas expressões da questão social. (ALMEIDA, 2003, p. 5).

O autor faz menção a alguns dos diversos fatores que correspondem às principais demonstrações das manifestações da questão social como fatores diretamente ligados aos problemas que colaboram no campo da educação para o aumento da evasão escolar. São expressões da questão social que atenuam, especialmente na educação pública, as desigualdades sociais.

Além dos fatores destacados por Almeida (2003, p. 5), alguns estudos revelam que a má alimentação e a pouca ingestão de nutrientes necessários para o desenvolvimento das crianças e adolescentes/jovens afetam efetivamente na aprendizagem e no desempenho de estudantes. Portanto, são diversos os fatores relevantes no processo de agravamento da evasão escolar nas últimas décadas. Neste tópico, aborda-se o período que compreendeu a pandemia da covid-19, iniciada no Brasil em março de 2020 com o decreto de emergência em saúde pública no país.

A educação como um direito fundamental estabelecido em lei, como rege a Constituição Federal de 1988, deve ser assegurada pelo Estado, pela família e pela sociedade. Isso se acha estabelecido em leis específicas, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 4.024/1961), a Lei 5.692/1971 e a Lei 9.394/1996; e como um direito fundamental, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 8.069/1990) em seu artigo 53.

Assim, a educação tem papel fundamental na formação e no desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social dos indivíduos, a fim de prepará-los para o convívio em sociedade. A educação que é um dever do Estado deve ser necessariamente uma educação de qualidade.

A educação como agente indispensável para a formação e o desenvolvimento dos indivíduos para o convívio em sociedade e exercício da cidadania deve ser pensada como objeto de total importância para a sociedade de modo geral. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) assegura que este direito não deve ser apenas disponibilizado, mas acessível aos seus usuários, ou seja, o Estado deve garantir o acesso à educação gratuita e as condições de permanência na escola para os estudantes.

O crescimento da evasão escolar é um grande desafio a ser vencido nos espaços educacionais. Cumpre observar como se comportou a sociedade diante dos desafios impostos pela pandemia da Covid-19 no que diz respeito à possibilidade desse acesso e à permanência nestes espaços de promoção da educação.

O período de pandemia e calamidade pública, dado o surto da Covid-19, levou as diversas esferas da política de saúde a decretarem estado de emergência. O isolamento social adotado para conter a disseminação do vírus acentuou o agravamento das desigualdades sociais e econômicas, evidenciando as desigualdades educacionais.

De acordo com dados divulgados pela FGV (Fundação Getúlio Vargas), a parcela de estudantes mais afetada com a evasão escolar durante o período da pandemia de Covid-19 compreende a faixa etária entre 5 e 9 anos; o percentual entre 2019 e 2020 teve um crescimento de 198,7%, conforme o gráfico abaixo:

GRÁFICO 5 – Taxas de evasão escolar por faixas etárias entre 5 e 9 anos

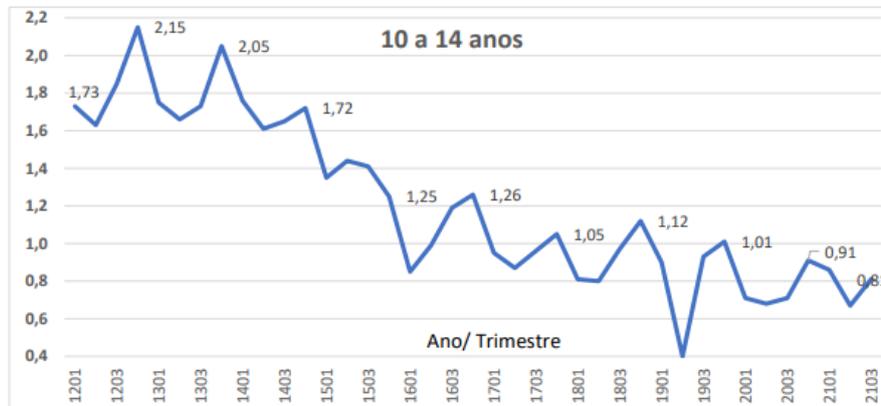


Fonte: FGV Social processado os microdados da PNADC

Os estudos revelam não apenas que houve um grande aumento na evasão escolar especialmente nestas faixas etárias, mas que há fatores fundamentais para este aumento. Como destaca o instituto FGV, houve uma redução no número de horas dedicadas ao estudo no período de pandemia, especialmente entre os alunos mais pobres e das redes públicas de ensino.

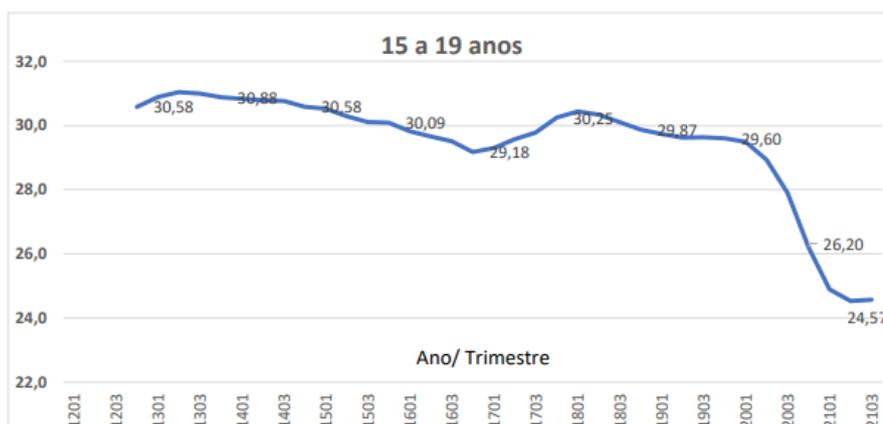
De modo geral, as pesquisas que apresentam os resultados das avaliações da educação neste período de pandemia deixam claro que os estudantes mais afetados neste período foram os mais novos: a faixa etária até nove anos de idade.

De acordo com os dados apresentados no gráfico a seguir:

GRÁFICO 6 – Taxas de evasão escolar por faixas etárias entre 10 e 14 anos

Fonte: FGV Social processado os microdados da PNADC

Em contrapartida, nas turmas finais do ensino fundamental, a evasão em alguns momentos ficou estática ou se reduziu de forma significativa. Esses números estão diretamente relacionados às questões voltadas para a autonomia do aluno, bem como ao maior domínio das ferramentas tecnológicas, uma vez que esses indivíduos já nasceram mergulhados na era digital e desenvolveram habilidades e competências essenciais para alcançar resultados significativos no manuseio de tais ferramentas.

GRÁFICO 7 – Taxas de evasão escolar por faixas etárias entre 15 e 19 anos

Fonte: FGV Social processado os microdados da PNADC

A análise deste último gráfico revela que quanto maior a autonomia e as habilidades tecnológicas, maior será a capacidade de o aluno se tornar autodidata;

mesmo sem a presença física do professor e o direcionamento dos pais, eles obtiveram um resultado mais efetivo durante a pandemia, em comparação a turmas de faixas etárias inferiores.

A pandemia apresentou um novo paradigma de educação, voltado para a educação híbrida, em que as aulas presenciais e as aulas *online* precisam dialogar constantemente por meio do uso de estratégias de ensino inovadoras.

Na seção seguinte aponta-se a ação do assistente social no ambiente escolar frente a luta contra a evasão escolar em tempos de pandemia.

3.2. A intervenção do Serviço Social na evasão escolar em tempos de pandemia da Covid-19

Cumprе mencionar os principais desafios, a necessidade e a importância da intervenção do assistente social como agente mediador das relações no espaço educacional, em face das dificuldades enfrentadas por estudantes no que diz respeito ao acesso e à permanência no período de distanciamento social com a pandemia do coronavírus, dada a implementação do ensino remoto ou híbrido.

Neste período, com as adaptações necessárias ao espaço educacional para a implementação do ensino remoto, destacou-se a problemática do acesso aos equipamentos eletrônicos, como computadores e celulares, bem como acesso a uma internet de qualidade. Há disparidade entre a rede pública de ensino e a rede privada no tocante a esses equipamentos que possibilitam o acesso às aulas remotas.

O Serviço Social, assim como outras profissões, enfrentou grandes e novos desafios com o advento da pandemia da covid-19, pois com o distanciamento social imposto, surgiram novas demandas no que diz respeito ao aumento da evasão escolar, como consequência de diversas adversidades enfrentadas pelas famílias. Como exemplos, as taxas de desemprego subiram por conta do fechamento de muitas empresas que empregavam milhares de pessoas; muitas famílias tiveram de fechar seus pequenos comércios; sobretudo os mais pobres foram afetados com a queda da renda mensal familiar.

Estes fatos que afetam principalmente a renda mensal das famílias brasileiras levam à necessidade de acesso às políticas públicas de assistência, como, por exemplo, aos programas de transferência de renda. Esse contexto obviamente conecta-se ao campo educacional, pois vivenciando esse cenário de dificuldades, as

famílias precisaram se reinventar para garantir sua subsistência. Assim, mais pessoas da família precisaram empreender alguma forma de ganhar dinheiro e com isso garantir comida às famílias.

Com o fechamento das escolas tanto da rede pública quanto da rede privada, houve a necessidade de adaptação à modalidade de ensino a distância (EaD), com a implementação e a adaptação aos meios de comunicação digitais e o acesso à rede de internet. Fez-se necessária a intervenção e o apoio do assistente social a fim de possibilitar às crianças e aos adolescentes a inserção e a permanência na escola no período de crise sanitária.

O papel do assistente social é de suma importância nos desafios impostos pela pandemia, uma vez que precisa estar em constante contato, ainda que remoto, com famílias e estudantes para avaliar suas carências e necessidades, buscando sempre garantir que direitos fundamentais não sejam negligenciados a crianças e adolescentes, mesmo num contexto totalmente adverso; como também auxiliar professores e a coordenação das escolas no desafio de manter crianças e adolescentes frequentando as aulas.

Cabe ao assistente social, em sua mediação nas relações entre escola e família, identificar os que perderam familiares para a Covid-19, e que muitas vezes ficaram órfãos de pais e precisam de apoio para o acesso à rede de proteção; ou de famílias que precisam acessar programas de transferência de renda, como o Auxílio Brasil, que é um benefício diretamente ligado à frequência escolar, entre outras conexões e intervenções de suma importância para minimizar os impactos da pandemia no ambiente escolar.

Conforme pesquisa realizada no IFPI (Instituto Federal do Piauí), Gomes e Pereira (GOMES, PEREIRA, 2021) vão destacar que há aspectos que se colocam como dificuldades de acesso ao ensino durante o período pandêmico, e vale destacar que estes fatores não são questões exclusivas apenas destes espaços mas de toda a rede pública de ensino, a saber: redução de renda familiar (devido à perda dos empregos, muitas famílias enfrentaram graves dificuldades financeiras); não ter um ambiente adequado para estudar em casa, o que dificulta a concentração do estudante; sofrimento com algum transtorno psicológico (muitos estudantes desenvolveram ansiedade e outros tipos de transtornos); conflitos familiares decorrentes de diversos fatores que precisam ser analisados e acompanhados caso a caso; dificuldade de adaptação ao uso de ferramentas digitais (nem todos os

estudantes possuem as ferramentas digitais e a capacitação necessária para o uso não somente do aparelho, mas dos programas e plataformas digitais disponibilizados); e a fragilidade dos vínculos familiares.

Todos os pontos mencionados levam ao assistente social, que é um profissional altamente capacitado a identificar e realizar as conexões necessárias ao fortalecimento dos vínculos tanto familiares quanto da comunidade escolar com a família buscando proporcionar ao estudante sua permanência e adaptação ao novo modelo de estudos que a pandemia da covid-19 impôs.

O papel do Serviço Social na escola se fortaleceu especialmente no período da pandemia. Destaca-se a necessidade de realizar projetos pedagógicos alinhados às necessidades dos estudantes e de suas famílias quanto ao acesso às políticas sociais.

Na seção seguinte aborda os desafios que enfrentam os professores na realidade das escolas frente ao cenário atual, tanto no que diz respeito a relação professor e aluno, quanto professor e escola em seu contexto geral.

4. DESAFIOS DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO

A profissão de professor no Brasil evidencia em sua trajetória diversos desafios que a categoria tem enfrentado até os tempos atuais. O professor se depara com desafios que vão de condições de trabalho precárias até baixos salários, o que afeta a qualidade do ensino.

Destacam-se:

Motivação do aluno: quando o estudante está desmotivado e não consegue absorver o conteúdo com facilidade, isso gera um desconforto para ambos, pois tanto o professor terá dificuldade de continuar com seu plano e chegar a um equilíbrio diante dos demais alunos, quanto o próprio aluno tem receio de comunicar sua dificuldade. Quando isso se prolonga, pode levar a uma evasão.

Disciplina: quando o aluno é indisciplinado e o profissional não consegue controlar, perdendo o domínio sobre a sala de aula. Isso prejudica tanto a concentração dos demais alunos quanto o próprio aluno em questão.

Escassez de recursos: principalmente nas escolas públicas; Isso faz com que o profissional se limite pela falta de recursos que ele poderia utilizar para tornar as aulas mais didáticas e dinâmicas, aprimorando e expandindo conteúdos.

Lidar com os pais: é necessário trabalhar em conjunto para a educação dessas crianças e adolescentes; a escola não é a única responsável por educá-los; os pais e responsáveis devem contribuir, dando suporte à escola.

Volume de trabalho: muitos professores acumulam muito trabalho; daí a necessidade de levar para casa para poder dar conta de suas atribuições. Isso faz com o que o educador tenha de trabalhar por horas extras, podendo adquirir até mesmo uma estafa.

Defasagem pós-pandemia: como as escolas fecharam e demoraram a retomar às atividades, muitos professores tiveram de correr contra o tempo e apresentar os conteúdos de uma forma mais acelerada.

Avaliação e julgamento: é essencial o professor ter uma visão mais crítica e estar aberto para mudar sua abordagem, se necessário, bem como mostrar-se receptivo para se conectar com os alunos.

Diante de tantos desafios no fazer pedagógico do professor, é importante compreender que na atualidade há a exigência de um novo cenário da educação, o qual solicita a introdução de novas tecnologias, assim como um novo perfil de professor para atender às exigências de uma nova geração de alunos.

4.1. A exigência de um novo cenário da educação

De acordo com Neves (2017, p. 25), “é necessário não apenas democratizar o acesso à informação, mas, sobretudo, possibilitar meios para a promoção eficaz da educação para o século XXI”, a fim de permitir o desenvolvimento integral dos nossos alunos e professores. Fica cada vez mais evidente a necessidade de desenvolver novas habilidades no processo formativo para uma educação integral, o que significa incluir, de forma intencional no currículo escolar, habilidades como colaboração, criatividade, pensamento crítico, comunicação e abertura ao novo.

O uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) pode colaborar de maneira significativa na perspectiva de romper com o paradigma tradicional de ensino, buscando concepções e métodos que promovam o desenvolvimento integral do sujeito, bem como de novas habilidades e competências.

A ideia atual de escola vai além da concepção de ensino sistematizado do século anterior, que desde o seu surgimento até por volta do século XVIII não experimentou alterações significativas. Transformar a escola no contexto atual implica

mudar alguns de seus padrões de funcionamento: a grade curricular, as maneiras de agrupamentos, os critérios de agrupamento, a maneira de ensinar (didática), e, sobretudo, desenvolver um olhar diferenciado sobre as ferramentas de avaliação. Tais transformações requerem rupturas de paradigmas tradicionais, o que é um grande desafio para todos que fazem parte da instituição escolar.

Oliveira (2017, p. 15) frisa que hoje dispomos de evidências, conhecimentos e instrumentos que possibilitam a efetivação de mudanças radicais nos padrões estruturais da escola. O autor afirma que ao se observar os sistemas educacionais mais avançados do mundo, verifica-se que o currículo exerce menor importância sobre os demais aspectos:

Difícilmente um sistema escolar irá sobreviver sem uma escolha judiciosa do que ensinar e sem especificar de maneira rigorosa o que precisa ser aprendido – e provavelmente isso continuará a ser feito na forma de disciplinas escolares. Difícilmente as disciplinas serão muito diferentes das atuais – língua, matemática, ciências e algo de humanidades e artes. Esta é a forma como o conhecimento é produzido e organizado e, do que sabemos até hoje, é a melhor forma de assegurar o acesso dos indivíduos a novos conhecimentos. (OLIVEIRA, 2017, p. 15).

Ainda de acordo com Oliveira (2017), outro aspecto em que houve poucas mudanças é a avaliação. As ferramentas atuais para avaliar ainda apresentam um caráter de aferição de conhecimento. Assegura que tal fato dificilmente irá mudar.

Entretanto, cumpre mudar a realidade da educação brasileira. É importante e necessário criar escolas sem fronteiras, com novas maneiras de agrupar os alunos, considerando critérios variados, estilos de aprendizagem, idades, interesses, promovendo assim o desenvolvimento de competências e habilidades diversificadas que permitam o desenvolvimento integral do sujeito.

Para Oliveira (2017), há dois fatores que não colaboram para as mudanças no contexto escolar. O primeiro é a falta de envolvimento e interesse de toda a equipe pedagógica. O segundo está relacionado à inovação institucional. Aponta que um dos fatores que podem promover mudanças significativas é a introdução das tecnologias da informação e comunicação (TICs) no ambiente escolar, mas para tal efetivação fazem-se necessários novos arranjos institucionais, pois em muitos casos o uso de novas tecnologias tem sido submetido aos critérios e regras da escola formal, impossibilitando assim testar os limites dessas ferramentas.

Para resumir, a “escola do futuro” – qualquer que seja a sua forma – possivelmente será muito semelhante à escola do presente e do passado no que se refere à existência de currículos e programas bem estruturados. E vai continuar a exigir dos alunos esforço e persistência – por mais interessante que seja ou pareça ser. Também estará associada a mecanismos de avaliação que, na sua essência, não serão muito diferentes dos atuais. Mas poderá ser totalmente diferente em todos os demais aspectos. O desafio é institucional: como criar espaços para inovar sem a camisa de força do atual modelo escolar. (OLIVEIRA, 2017, p. 16).

Castro (2016) menciona três atitudes que podem contribuir de maneira efetiva para o sucesso da educação nos tempos atuais. A primeira é identificar e analisar as tendências educacionais mais inovadoras. A segunda é compartilhar com toda a equipe pedagógica novos processos pedagógicos e novas práticas. A terceira é transformar no sentido de mostrar fazendo, envolvendo todos numa ação social orientada.

As tecnologias surgiram para transformar a forma de viver e conviver da sociedade atual, mas é na área da educação que ela exerce maior influência. A educação atual vai além da troca de conhecimento sistematizado. As novas gerações buscam usar ferramentas tecnológicas em sala de aula; é importante utilizá-las como meios de estimular a aprendizagem, visando potencializar certas competências e promovendo novas habilidades.

Durante muitas décadas, a escola foi um lugar de poucas trocas, e o professor era visto como o detentor do saber. Cada professor exercia sua função de maneira independente, e os alunos eram vistos apenas como sujeitos receptores. A avaliação focava apenas nos testes finais, os quais muitas vezes eram vistos como a única ferramenta de avaliação. O material didático, o caderno e a caneta eram as ferramentas imprescindíveis no processo de ensino-aprendizagem.

Aos professores dos tempos atuais cabe a função de mediar o processo de ensino e aprendizagem, dispondo-se a construir novos conhecimentos e desenvolvendo um perfil pesquisador. Faz-se necessária a formação de um educador crítico, que promova sempre uma autoavaliação sobre sua prática e organize sistemas de avaliações diversificados que atendam às maneiras de ser e aprender de cada educando.

Segundo Perrenoud (2002, p. 28):

O professor precisa se fundamentar em saberes autônomos, os quais proporcionam o desenvolvimento de aspectos fundamentais à prática docente: compreender como identificar, avaliar e valorizar suas possibilidades, seus direitos, seus limites e suas necessidades; assim como

formar e conduzir projetos e desenvolver estratégias, individualmente ou em grupo; analisar situações, relações e campos de força sistêmica; perceber como cooperar, agir em sinergia, participando de uma atividade coletiva e partilhar liderança; entender como construir e estimular organizações e sistemas de ação coletiva do tipo democrático; bem como gerenciar e superar conflitos; conviver com regras e servir-se delas.

O professor enquanto sujeito mediador das ações cognitivas, afetivas e sociais de sujeitos aprendizes deve permitir que tais elementos promovam resultados significativos. Ao formular e reformular conceitos, o educador proporciona a cultura de maneira efetiva, mediante a significação de situações reais, estimulando o trabalho em grupo de acordo com as condições e necessidades de cada um. É imprescindível planejar coerentemente as aulas, assim como a grade curricular e proporcionar momentos de trocas de conhecimento.

A Conferência Mundial de Educação para Todos (apud Both, 2008) apresenta uma ideologia de educação inovadora, destacando a relevância de fundamentar o processo de ensino e a aprendizagem nos quatro pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser.

A escola deve proporcionar a formação integral dos seus alunos, de maneira que eles apresentem o perfil de um sujeito democrático. Mas para se construir uma sociedade democrática, é necessário desenvolver uma prática que seja pautada coletivamente.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Os educadores devem facultar aos alunos momentos em que eles possam desenvolver a criatividade, interpretar e aprender o sentido e o prazer associado à compreensão clara do conteúdo ensinado. Cabe ao professor escolher os modos e recursos didáticos adequados para apresentar as informações, observando sempre a necessidade de introduzir formas artísticas, porque ensinar arte com arte é o caminho mais eficaz [...]. O aluno em situações de aprendizagem precisa ser convidado a se exercitar nas práticas de aprender a ver, observar, ouvir, atuar, tocar e refletir sobre elas. (PCN, 1997, p. 47).

Conforme Morin (2014, p. 19), o educador precisa promover momentos em que os educandos possam se conhecer; para isso, indica os trabalhos em grupo, destacando-os como fundamentais. Descreve o processo educativo como de grande complexidade; para conhecê-lo é necessário que a prática pedagógica tenha sua “justificação em parâmetros institucionais, organizativos, tradições metodológicas, possibilidades reais dos professores, dos meios e condições físicas existentes”.

A relação entre professor e alunos na contemporaneidade deve pautar-se por sentimentos de respeito, dedicação e amizade. O educador deve ser dinâmico e não pode apenas se resumir somente aos momentos de intervenções pedagógicas, mas precisa nortear certos posicionamentos e modelos do ser e fazer do profissional da educação.

Para Freire (2000), a autonomia e a sabedoria devem se fazer presentes em todos os momentos do fazer pedagógico. Os professores da atualidade precisam apresentar mais do que conhecimentos técnicos padronizados e desenvolver habilidades para lidar com as dificuldades e desafios que surgem cotidianamente no ambiente escolar.

Considerando a recente perspectiva, o maior desafio dos professores nos dias atuais é proporcionar aprendizagens efetivamente significativas, estimulando vivências práticas que propiciem o amadurecimento dos alunos, visando à formação para a cidadania.

Diante dessa nova realidade, uma escola com crianças sentadas em filas, recebendo passivamente as informações passadas pelo professor, não é mais admissível. A imagem arcaica de uma sala de aula do século passado se acha com os dias contados.

A Unesco, através da Comissão Internacional na temática relacionada à Educação para o século XXI, destaca a importância dos quatro pilares como um caminho para a formação integral do sujeito: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser.

É importante considerar as habilidades e competências a estimular (LIMA, 2020, p. 14). “Para aprender a viver junto” se faz necessário desenvolver o sentimento da empatia e manter relações saudáveis, pois o mundo precisa mais de compreensão mútua e de interações pacíficas e harmônicas. Para aprender a viver em sociedade, é imprescindível compreender os modos de ser e conviver do outro e viabilizar a construção de projetos comuns, eliminando possíveis conflitos.

Em relação ao aprender a conhecer, Lima (2020, p. 16) o define “como um pilar que vislumbra desenvolver nos alunos o prazer de compreender, de conhecer e de descobrir”. Tem como finalidade promover o aprender a aprender, por meio do exercício da atenção, da memória e do pensamento, e se caracteriza como o grande desafio da educação contemporânea.

Lima (2020, p. 17) apresenta “o aprender a fazer como um meio para a não aceitação e imposição da opção entre o saber e o fazer”. Enfatiza que a educação para o século XXI deve ter como ideologia a associação entre teoria e prática, considerando o contexto vivenciado pelos alunos e buscando aproximar os conhecimentos sistematizados com as aprendizagens construídas em seu cotidiano.

Lima (2020, p. 18) considera o “aprender a ser como um pilar em destaque”, pois nos dias atuais é solicitada para cada indivíduo uma postura ética e muita autonomia em suas ações. Tal pilar diz respeito ao desenvolvimento de habilidades e competências: memória, raciocínio, imaginação, capacidades físicas, sentido estético, facilidade de comunicação com os outros, carisma natural etc. Cumpre desenvolver o autoconhecimento.

Para Perrenoud (2002), tanto no ambiente empresarial quanto no escolar é importante que o funcionário ou aprendiz alcance os objetivos propostos pelos gestores ou professores. É necessário que tais profissionais efetivem a capacitação de seus empregados ou discentes na perspectiva de promover o desenvolvimento das competências necessárias à realização das atividades a eles designadas, assim como solucionem problemáticas contextuais sem maiores dificuldades.

Dado que o sujeito se desenvolve de acordo com as relações que estabelece com o seu meio, Perrenoud (2002) afirma que as competências não são apenas um caminho, mas a maneira de adaptação do ser humano às necessidades para a sua existência. Nesse sentido, cada sujeito desenvolve competências relacionadas à resolução de problemas para a superação de uma situação.

A educação na atualidade precisa buscar a formação para a vida, visando à formação integral do indivíduo. Cabe à escola zelar pela formação do cidadão, do indivíduo no seu sentido completo, para além da formação profissional.

Morin (2000, p. 23) elaborou um documento, solicitado pela Unesco, que reflete sobre as questões importantes para promover uma educação contemporânea. Inicialmente, destaca que o conhecimento pode apresentar erros e ilusões, pois a mente humana está sujeita a falhas de memória e a enganos. Diante disso, a escola precisa estimular a mente humana para a construção do conhecimento, identificando possíveis erros.

Ressalta que “é necessário introduzir e desenvolver na educação o estudo das características cerebrais, mentais, culturais dos conhecimentos humanos, de seus

processos e modalidades, das disposições tanto psíquicas e culturais”, e por meio disso identificar os caminhos que promovem o erro ou a ilusão. (MORIN 2000, p. 23).

Assevera Morin (2000, p. 17) que “a educação do século XXI precisa ser direcionada para a condição humana”. É importante estimular o aluno a se posicionar no mundo de forma integral, levando em consideração os planos físico, biológico, psíquico, cultural, social e histórico. Acrescenta: “para a educação do futuro, é necessário promover grande interligação dos conhecimentos oriundos das ciências naturais”, a fim de que o indivíduo se situe no mundo.

Morin (2000, p. 22) preconiza que “a educação para o futuro precisa se comprometer em ensinar e valorizar a cultura local”, proporcionando ao educando aprender a viver, assim como a dividir, a se comunicar, a respeitar as culturas singulares e, também, a manter uma boa comunicação com os demais seres sociais.

Enfatiza Morin (2000) que a educação do futuro precisa levar à humanização do sujeito; desenvolver a ética da solidariedade; estimular a ética da compreensão; ensinar a ética do gênero humano.

A educação contemporânea deve estimular o desenvolvimento da capacidade intelectual dos educandos, assim como dos princípios éticos e da solidariedade do indivíduo. Uma das principais funções da escola atual é preparar os alunos para as transformações concernentes à tecnologia, à economia e à cultura.

A tarefa de educar vai além da sistematização de conteúdos científicos, pois precisa permitir uma ligação efetiva com o cotidiano dos alunos. E isso não se dá apenas com a introdução das tecnologias da informação e comunicação na educação; faz-se necessário romper com velhos paradigmas. Os professores precisam transformar antigas atitudes, com aulas mais participativas, estimulando e permitindo ao aluno falar, interagir, compartilhar seus saberes, de forma que ele se sinta uma peça-chave no processo de ensino e aprendizagem.

Uma vez que a escola intenta promover a cidadania, os educandos terão a oportunidade de se apossar de conhecimentos. Esta instituição deve promover a inclusão de modo a “ampliar a oferta, garantindo assim a qualidade educacional” (ABREU, 2011, p. 19).

Segundo Lima (2020), cabe à escola possibilitar a todos uma boa convivência. O educador tem a missão de estimular o aprendizado aos alunos, exercendo a função de facilitador e possibilitando aos educandos tornarem-se indivíduos pensantes. Grande é a responsabilidade de educar; o educador precisa ser um espelho. Seu

papel é proporcionar a construção de novos conhecimentos por meio de uma prática docente voltada para o aprendizado significativo.

A sociedade atual vem se transformando a cada momento com muita rapidez. Devido a tais transformações, tanto do espaço quanto das vivências, é exigido um novo perfil de educador, que precisa acompanhar tais mudanças. Para atender às exigências atuais, é necessário que ele se capacite continuamente, a fim de compreender e aplicar os novos modelos de ensinar e aprender, dado o contexto onde a escola está inserida.

De acordo com Amaro (2012), a Didática é uma doutrina da instrução e do método de ensino. Ela tem por finalidade direcionar a aprendizagem, proporcionando a organização dos conteúdos por meio de procedimentos metodológicas e teóricos em meio ao contexto do trabalho do educador. Tais procedimentos devem ser reajustados de acordo com as circunstâncias.

Diante dos desafios da atualidade na educação, o professor é uma peça-chave e exerce um papel de grande importância, pois sua organização e estratégias de ensino podem interferir nos resultados obtidos pelos educandos. Nesse novo paradigma de educação, o aluno é visto como o protagonista de sua aprendizagem; o professor é o mediador e sua principal função é estimular e planejar atividades que promovam as interações interpessoais.

Práticas arcaicas de ensino devem ser desconsideradas e reavaliadas, abrindo espaço para outros paradigmas pedagógicos que visem personalizar o ensino, compreendendo o aluno como um sujeito único dentro de uma coletividade. Assim, o professor deixa de exercer a função de transmissor de conhecimento e passa a ser um facilitador. Possibilitando aos educandos o desenvolvimento de habilidades e autonomia. O foco deixa de ser a aplicação da grade curricular e volta-se para o desenvolvimento de habilidades e competências.

Nessa perspectiva, para promover uma inovação real na educação, é imprescindível personalizar o processo de ensino e aprendizagem. Isso não significa que será elaborado um plano de aprendizagem específico para cada educando, mas que se deve promover a utilização de diversos recursos pedagógicos para possibilitar a construção de aprendizagens significativas que atendam a todos os estudantes. Assim, enquanto um aluno constrói a aprendizagem assistindo um vídeo, há alguns que assimilam melhor a informação através da leitura, outros têm facilidade de

aprender por meio da resolução de problemas etc. Quando o educador usa sempre o mesmo método e a mesma estratégia de ensino, minimiza a possibilidade de atingir a todos e considera que há uma única forma de construir a aprendizagem.

No item seguinte apontam-se os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a fim de analisá-los.

4.2. Tabela do índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) entre 2005 e 2021

O IDEB, fundado em 2007 pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), intenta medir a qualidade do aprendizado do brasileiro, assim como estabelecer metas para o desenvolvimento do ensino e a sua melhoria.

O IDEB tem como meta para 2022 que esse índice chegue a seis pontos, sendo uma meta para todas as modalidades de ensino, seja público ou privado.

QUADRO 1 – Índice de desenvolvimento da educação básica das escolas públicas

<u>ENSINO</u>	2005	2019	2021
<u>FUNDAMENTAL</u>			
ANOS INICIAIS (MUNICIPAL)	3,4	5,7	5,5
ANOS INICIAIS (ESTADUAL)	3,9	6,1	5,9
ANOS FINAIS (MUNICIPAL)	3,1	4,5	4,8
ANOS FINAIS (ESTADUAL)	3,3	4,7	5,0
<u>ENSINO MÉDIO</u>	3,1	3,9	3,9

Fonte: IBGE, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/40/0?tipo=grafico&indicador=78191>

De acordo com os dados apresentados na tabela acima, nos últimos anos, apesar da pandemia, houve um crescimento significativo na qualidade da aprendizagem alcançada pelos alunos das séries finais do Ensino Fundamental, embora os números ainda estejam bem tímidos em relação às metas desejadas. Já nas séries iniciais houve uma queda significativa. Tais números estão diretamente ligados à questão da evasão na pandemia, uma vez que esta modalidade de ensino foi a mais atingida nesse campo.

QUADRO 2 – Índice de desenvolvimento da educação básica das escolas privadas

ENSINO FUNDAMENTAL	2005	2019	2021
ANOS INICIAIS	5,9	7,1	7,0
ANOS FINAIS	5,8	6,4	6,3
ENSINO MÉDIO	5,6	6,00	5,6

Fonte: IBGE, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/40/0?tipo=grafico&indicador=78191>

Com esses dados fornecidos pelo IBGE, identifica-se que tanto na rede pública como na rede privada o índice de desenvolvimento teve um retrocesso no período entre 2019 e 2021, com exceção do ensino fundamental dos anos finais, que manteve um crescimento entre esses períodos. Essas crianças foram prejudicadas em sua maioria e tiveram um retardamento dos conteúdos a serem abordados.

O ensino da rede pública, com exceção dos anos iniciais, até 2021, mantém uma distância significativa para a meta de seis pontos, especialmente no ensino médio, onde há um maior impacto das expressões da questão social que influenciam no desenvolvimento do aluno e no abandono escolar.

Já a rede privada comprova como a educação no Brasil é elitista: destina-se àqueles que têm condições de pagar por uma educação de boa qualidade.

No sistema educacional, a cultura da mercantilização faz-se presente pela tentativa de introduzir na escola os valores e a linguagem empresarial: produtividade, qualidade total, vantagens comparativas, centros de excelência, bem como outros termos de uso no vocabulário do mercado. Formar cidadãos clientes e consumidores, portadores da cultura de mercado, passou a ser tarefa primordial na “mercoescola”. No caso da escola básica, a variável predominante não é o interesse de privatizar o serviço da educação, mas, sim, produzir e difundir a ideologia do privado. (RODRIGUES, AZEVEDO, POLIDORI, 2010, p. 34).

A rede pública acaba sendo a opção para aqueles que não têm condições de investir numa educação particular para seu filho. Isso acaba gerando uma culpa para os pais, que são julgados pela própria sociedade pelo fato de não terem condições de investir numa educação de qualidade para seus filhos. Vale destacar que compete ao Estado esse papel e obrigação de ofertar uma educação universal e de qualidade.

Um dos maiores problemas da rede pública é a estrutura escolar: os professores com sua remuneração baixa ou atrasada. Isso faz com que os profissionais fiquem desmotivados, o que muitas vezes gera greves, colocando em atraso o calendário letivo e resultando no atraso nos conteúdos. Ademais, como se viu, é muito grande a defasagem entre a rede pública de ensino e a rede privada, especialmente nos tempos atuais com o grande desenvolvimento da política neoliberal.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, reiteramos nossas inquietações quanto à trajetória do Serviço Social e da educação no Brasil. Este estudo aborda o trabalho desenvolvido pelo assistente social inserido no campo da educação, na luta para enfrentar as diversas formas de expressões da Questão Social manifestadas no ambiente sócio-ocupacional da educação, e a intervenção que ele realiza para minimizar os impactos da evasão escolar neste espaço de promoção da educação tão importante.

O desenvolvimento desta pesquisa nos levou a perceber as diversas fragilidades existentes no sistema educacional brasileiro, especificamente baseando-nos na nossa experiência de estágio obrigatório numa escola de educação básica da rede Municipal de Maceió. Nela, pudemos observar de perto o trabalho do assistente social na luta contra a evasão nesta escola.

Ressalta-se que o cenário atual no qual vive a educação no país é reflexo de uma longa trajetória. Daí a ênfase no trabalho fundamental de diversos profissionais que atuam de forma conjunta, fortalecendo a participação neste espaço da presença da família, da comunidade e do aluno.

A ação qualificada do assistente social possibilita desenvolver as relações sociais entre escola e aluno, para garantir seu acesso e sua permanência no espaço da educação, gerindo a rede de apoio para minimizar os impactos da questão social em toda a comunidade escolar, como também na sociedade de modo geral. A presença do assistente social na política de educação é essencial e sua contribuição nas escolas desvela seu comprometimento com as necessidades da classe trabalhadora e fortalece a rede de apoio a estudantes e suas famílias.

Outra questão que conseguimos identificar são as diferenças existentes nas escolas públicas em relação às escolas privadas, tanto na estrutura quanto na qualidade do ensino. Isso se deve à educação mercantilizada, destinada prioritariamente para as elites.

A evasão escolar afeta o espaço da educação e merece atenção porque traz em suas origens muitos fatores que corroboram para o seu aumento, como, por exemplo: a dificuldade que muitos estudantes têm de acesso a uma escola próxima de sua casa; a gravidez na adolescência; o desemprego na família; a falta de recursos e de estrutura das escolas etc., a merecer a atenção dos diversos profissionais inseridos neste espaço sócio-ocupacional.

O Serviço Social na escola possibilita que os alunos tenham acesso a um profissional dotado de uma escuta qualificada, que faz as conexões e as mediações necessárias ao fortalecimento dos vínculos entre família, sociedade civil e comunidade escolar.

O conhecimento tem a capacidade de transformar uma sociedade e é uma das maiores riquezas que um ser humano pode adquirir. Por isso é de suma importância fortalecer meios que assegurem o direito dos indivíduos a uma educação de qualidade, acessível, que não seja limitada, mas sim facilitadora de um caminho de sonhos e uma porta para proporcionar uma estrada de oportunidades ao futuro de crianças e adolescentes. E que nós, profissionais, possamos ter uma significativa participação na caminhada de muitos sonhos.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Serviço Social e política educacional**: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação. Disponível em : <<http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Servi%C3%A7o-Social-e-pol%C3%ADtica-educacional-Um-breve-balan%C3%A7o-dos-avan%C3%A7os-e-desafios-desta-rela%C3%A7%C3%A3o.pdf>> Acessado em: 19 de Abril de 2022.

AMARO, Sarita. **Serviço Social na educação**: bases para o trabalho profissional. Florianópolis: Editora UFSC, 2012.

ARANHA, Maria. **História da Educação e da Pedagogia**. Editora Moderna Ltda. 1. ed., 2012.

BALL, Stephen J; MAINARDES, Jefferson (org.). **Políticas educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011. 286 p. ISBN 9788524916342 (Broch.).

BARROS, Surya Pombo de. **Escravo, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos**: negros legislação educacionais do XIX. São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-9702201609141039>. Acessado em: 18 de maio de 2022

Brasil. **Lei 10.097, de 19 de dezembro de 2000**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm> Acesso em: 20 de julho de 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, 1997.

Busca Ativa. Disponível em: <https://buscaativaescolar.org.br/municipios>> Acesso em: 10 de outubro de 2022.

CASTRO, C. A **Influência das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no desenvolvimento do currículo por competências**. Dissertação de Mestrado. Braga: IEP-UM, 2016.

DAROS, Michele Aparecida. **A redução da evasão escolar e o Serviço Social**: experiência no Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de São Paulo. p. 349-370, 2015.

FÁTIMA, Maria; PEREIRA, Denise; CARLOS, José. **O trabalho infantil doméstico e o processo de escolarização**. Psicologia & Sociedade. 23(2): 293-302. 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREITAG, Barbara. **Escola, Estado e sociedade**. 6. ed. rev. Moraes, 1986. 142 p. ISBN 8588208431. (Broch.).

GOMES, Amanda Marques de Oliveira; PEREIRA, Samara Cristina Silva. **Serviço Social e educação em tempos de pandemia.**

HADDAD, Cristhyane Ramos; FRANCO, Adriana de Fátima; SILVA, Daniel Vieira. **Os motivos da Evasão Escolar:** Uma análise do Programa fica. Curitiba, 2011.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2006.

Notas preliminares sobre a gênese do serviço social. Disponível em: <https://www.congressoservicosocialuel.com.br/anais/2017/assets/134196.pdf> Acesso em: 17 de maio de 2022.

III plano nacional de prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador (2019-2022). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110097.htm. Acesso em: 25 de julho de 2021.

MARIA, Oliveira; FÁTIMA, Maria. **Trabalho precoce e processo de escolarização de crianças e adolescentes.** Disponível em: http://www.scielo.php?=sci_arttext&pid=s1413-73722008000400009 Acesso em: 26 de julho de 2019.

MARTINELLI, M. Lúcia. **Serviço social: identidade e alienação.** São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/FGV_Social_Neri_RetornoParaEscolaJornadaPandemia.pdf Acesso em: 20 de julho de 2022.

MELO, Luisa et al. **Motivos da Evasão Escolar.** Disponível em: https://www.cps.fgv.br/ibrecps/TPE/TPE_MotivacoesEscolares_fim.pdf. Acesso em: 7 de setembro de 2021.

MORAN, J. M. **A educação que desejamos:** novos desafios e como chegar lá. 5. ed. Campinas: Papirus, 2014.

NERI, Marcelo. **Retorno para escola,** jornada e pandemia. Disponível em: <https://www.cps.fgv.br/cps/RetornoParaEscola/> Acessado em: 20 de Julho de 2022.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Educação, saber, produção em Marx e Engels.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1990. 220p. (Educação contemporânea) ISBN 8524902116:4.

LIMA, Christiane Valêska Araújo Costa. **Serviço social e educação:** os desafios da atuação profissional pós-pandemia. São Luís – MA – set. 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/17530/14231>. Acesso em: 13 de setembro de 2021.

LOPES, Doraci Alves; BAGGI, Cristiane Aparecida dos Santos. **Evasão e avaliação institucional no ensino superior:** uma discussão bibliográfica. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/aval/a/RRGrQckrsd9CRGgKy4zkHXq/?format=pdf&lang=pt>>
Acessado em: 09 de Novembro de 2022.

Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP – Censo Educacional 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acessado em: 4 de setembro de 2022.

PEREIRA, Samara Cristina Silva; GOMES, Amanda Marques de Oliveira. **Serviço Social e Educação em tempos de Pandemia**: considerações sobre o fazer profissional de assistentes sociais do FFPI. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissao_id_35_35610c45dbd58ef.pdf> Acessado em: 12 de janeiro de 2023.

PERRENOUD, Philippe. **Os ciclos de aprendizagem**: um caminho para combater o fracasso escolar. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PILETTI, Claudino. **Didática geral**. 24. ed. São Paulo: Ática, 2010.

RIBEIRO, Almeida et al. **Subsídios para a Atuação de assistentes sociais na Política de Educação**. Elaborado pelo grupo de trabalho do conjunto CFESS-CRESS. Serviço Social na Educação. (2011-2014).

RODRIGUES, Carolina Contreiras; AZEVEDO, José Clovis de; POLIDORI, Marlis Morosini (Org.). **Os desafios na escola**: olhares diversos sobre questões cotidianas. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 118.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **A educação em tempos de neoliberalismo**. Porto Alegre: Artmed, 2003. 263 p. ISBN 9788536301389. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/40/0?tipo=grafico&indicador=78201>
Acessado em: 5 de março de 2022.

PILETTI, Claudino. **Didática geral**. 24. ed. São Paulo: Ática, 2010.

SCHLÜNZEN JUNIOR, Klaus: **Educação a distância no Brasil**: caminhos, políticas e perspectivas. In: ETD – Educação Temática Digital 10 (2009), pp. 16-36.

SILVA, Robson Santos. **Gestão de EAD**: educação a distância na era digital. São Paulo: Novatec, 2013.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação**: concepção dialética libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo: Liberdade.